

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.467, DE 2007

Dispõe sobre a extinção da enfiteuse especial em imóveis urbanos e dá outras providências

**Autor:** Deputado SILVINHO PECCIOLI

**Relator:** Deputado PAULO BORNHAUSEN

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em tela visa a extinguir a enfiteuse especial que incide sobre imóveis urbanos públicos.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação conclusiva por parte desta Comissão, nos termos do artigo 24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Aberto e encerrado o prazo previsto no artigo 119, caput, I do mesmo Regimento, não foram apresentadas emendas à proposição.

### II - VOTO DO RELATOR

A proposição em exame atende aos pressupostos constitucionais relativos à competência da União, ao processo legislativo e à legitimidade de iniciativa. Quanto à técnica legislativa, deve ser adequada à Lei Complementar nº 95, de 1998.



A963908A43

No mérito, cabe razão ao proponente. Inexistem razões para a manutenção da enfiteuse especial aplicada a bens públicos – ressalvando-se, é claro, os casos em que a Constituição Federal assim o determina, relativos a terrenos de marinha e acrescidos, que atualmente são objeto de estudos em propostas trâmitando nesta Casa.

Trata-se de instituto feudal, que o atual Código Civil tratou de excluir das relações privadas. Quanto aos bens públicos, há outros instrumentos contratuais mais eficientes para a sua gestão.

Assim, voto pela constitucionalidade e pela juridicidade do projeto que examinamos e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do substitutivo que ora apresento, a fim de adequá-lo à melhor técnica legislativa.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado PAULO BORNHAUSEN  
Relator



A963908A43

ArquivoTempV.doc

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.467, DE 2007**

Dispõe sobre a extinção da enfiteuse especial em imóveis urbanos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a extinção da enfiteuse especial em imóveis urbanos.

Art. 2º Fica extinta a enfiteuse aplicada a imóveis urbanos públicos, facultando-se aos foreiros a remição dos aforamentos mediante a aquisição do domínio direto.

§ 1º A aquisição a que se refere o caput se dará conforme os ditames do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e suas alterações.

§ 2º Eventuais benfeitorias e acessões que tenham sido introduzidas nos imóveis aforados não serão consideradas na base de cálculo do valor a ser pago para fins de remição do aforamento.



A963908A43

§ 3º No caso do não exercício da remição, fica assegurado o direito do atual ocupante inscrito pela aplicação de outra modalidade de contrato.

Art. 3º Remido o foro, a União, mediante o Serviço de Patrimônio da União, deverá, no prazo de noventa dias, sob pena de responsabilidade, confiar à guarda do registro de imóveis competente toda a documentação relativa ao imóvel.

Art. 4º A extinção da enfiteuse de que trata esta lei não se aplica aos terrenos de marinha e seus acrescidos, situados na faixa de segurança, a partir da orla marítima.

Art. 5º Para o disposto nesta Lei equiparam-se ao foreiro o titular de direitos sobre o imóvel, seja promitente comprador ou cessionário de direitos.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado PAULO BORNHAUSEN  
Relator



A963908A43

ArquivoTempV.doc



A963908A43